

Se quiser receber gratuitamente estes estudos envie uma mensagem para edr2@netcabo.pt a pedir

A CAPACIDADE DOS PAISES DA UNIÃO EUROPEIA PARA ENFRENTAR A CRISE DO “COVID 19” É MUITO DESIGUAL, CONTRARIAMENTE AO QUE SE AFIRMA A CRISE NÃO AFECTA DA MESMA FORMA POBRES E RICOS, E AGRAVARÁ AINDA MAIS AS DESIGUALDADES E A MISÉRIA

A capacidade dos diferentes Estados dos países da União Europeia para enfrentar a grave crise atual é muito desigual, como consequência dos diferentes níveis de endividamento. Isto porque o peso da dívida pública é diferente de país para país, o que determina que os encargos atuais com dívida consumam já nuns países uma parcela mais importante das receitas do Estado do que em outros, reduzindo a capacidade dos primeiros para investir quer na proteção dos rendimentos das famílias trabalhadoras e de outras classes desfavorecidas da população quer no apoio às empresas e na recuperação da economia. O quadro 1, construído com dados divulgados pelo Eurostat, dá uma ideia clara da situação atual de endividamento do Estado nos diferentes países da União Europeia e do “egoísmo” dos mais ricos, que mais têm beneficiado com a União Europeia, em apoiar os países que enfrentam neste quadro de grave crise de saúde e económica maiores dificuldades.

Quadro 1 – Dívida Pública em % do PIB (riqueza anual criada em cada país) – 2007/2019

PAISES	2007	2010	2011	2015	2016	2017	2018	2019
U.E. (28 países)	58,1%	79,6%	82,0%	84,9%	83,8%	82,1%	80,4%	79,3%
Grécia	103,1%	146,2%	172,1%	175,9%	178,5%	176,2%	181,2%	176,6%
Itália	103,9%	119,2%	119,7%	135,3%	134,8%	134,1%	134,8%	134,8%
PORTUGAL	72,7%	100,2%	114,4%	131,2%	131,5%	126,1%	122,0%	117,7%
Alemanha	64,0%	82,4%	79,8%	72,1%	69,2%	65,3%	61,9%	59,8%
Holanda	43,0%	59,2%	61,7%	64,6%	61,9%	56,9%	52,4%	48,6%

FONTE: Eurostat

Em 2019, por ex., a dívida pública representava nos países da União Europeia em média 79,8% da riqueza criada em cada ano (PIB), enquanto em Portugal correspondia a 117,7%, e na Alemanha apenas a 59,8% do seu PIB e na Holanda a 48,6% do respetivo PIB, ou seja, a menos de metade da portuguesa medida em percentagem da riqueza anual criada em cada país. A Grécia com 176,5% do PIB e a Itália com 134,8% do PIB eram os países mais endividados da União Europeia. O presidente da CIP, quando apresentou ao governo o plano dos padrões para enfrentar a atual crise, exigindo do Estado 21.000 milhões € para as empresas, a maior parte a fundo perdido (subsídios) e utilizou como argumento que o apoio na Alemanha dado pelo Estado às empresas, medido em percentagem do PIB, era muito superior àquilo que a CIP pedia e Marques Mendes veio logo a correr na TV defender tal plano “esqueceram-se”, ou por ignorância ou por irresponsabilidade, da situação completamente diferente de Portugal e da Alemanha como os dados do Eurostat dos quadros 1 e 2 mostram

O peso diferente da dívida pública determina encargos para os Estados com a dívida muito diferentes restando para as outras funções do Estado disponibilidades financeiras também muito diferentes. O quadro 2, com os encargos com dívida pública, medida em percentagem do seu PIB, já suportada pelos diferentes países da União Europeia mostra a realidade atual.

Quadro 2 – Encargos (juros) do Estado com a dívida pública medidos em % do PIB – 2010/2019

PAISES	2010	2011	2015	2016	2017	2018	2019
U.E. (28 países)	2,7%	2,9%	2,2%	2,1%	2,0%	1,8%	1,6%
Grécia	6,0%	7,5%	3,5%	3,2%	3,1%	3,3%	2,9%
Italia	4,3%	4,6%	4,1%	3,9%	3,8%	3,7%	3,4%
PORTUGAL	2,9%	4,3%	4,6%	4,1%	3,8%	3,4%	3,0%
Alemanha	2,5%	2,5%	1,4%	1,2%	1,1%	0,9%	0,8%
Holanda	1,8%	1,8%	1,3%	1,2%	1,0%	0,9%	0,8%

FONTE: Eurostat

Medida também em percentagem do PIB, a despesa do Estado com o pagamento de juros da dívida pública era em 2019, em Portugal; superior em 87,5% à média dos países da União Europeia e em 275% (3,75 vezes mais) do que o gasto pelo Estado na Alemanha e na Holanda com o pagamento de juros (não inclui o capital) da dívida pública. A desproporção é enorme e cria fortes limitações ao Estado português para apoiar as famílias e as empresas em Portugal. Este facto resulta não só do peso da dívida pública em % do PIB ser muito mais elevada do que na generalidade dos países, mas também da taxa de juro paga pelo Estado português ser mais elevada do que a paga por outros países, nomeadamente pela Alemanha e Holanda. Mas para que os efeitos da dívida pública portuguesa se tornem mais claros para o leitor vamos transformar a percentagem em milhões € e comparar com a despesa com outras funções do Estado (saúde, educação, investimento público).

Se quiser receber gratuitamente estes estudos envie uma mensagem para edr2@netcabo.pt a pedir

Quadro 3 – Despesa com juros da dívida pública, com Educação, Saúde e FBCF publico em Portugal

ANOS	Juros com a dívida pública Milhões €	Juros e outros encargos com a dívida pública Milhões €	EDUCAÇÃO Milhões €	SAÚDE Milhões €	Investimento público (FBCF) Milhões €
2015	8 191	8 201	6 756	8 518	2 797
2016	7 646	8 229	7 177	8 812	3 550
2017	7 446	8 300	7 289	8 758	4 540
2018	6 946	8 626	7 408	8 896	5 493
2019	6 368	8 033	7 527	9 539	4 700
SOMA	36 597	41 389	36 158	44 523	21 080

FONTE: Eurostat, INE, Relatório do Orçamento do Estado -2015/2020, Execução Orçamental-DGO

No período 2015/2019, o Estado português gastou só com o pagamento de juros 36.597 milhões €, ou seja, mais do que despendeu com a Educação que foi 36.158 milhões €, e muito mais do que o investimento público (FBCF), que foi apenas de 21.080 milhões €, o que corresponde a 57,6% do gasto com juros da dívida pública. Este reduzido investimento público explica a extrema fragilidade da economia portuguesa e do SNS cujas consequências são visíveis na atual crise (*extrema dependência do turismo, das exportações e importações, e uma clara desvalorização da produção nacional, falta de profissionais e equipamentos no SNS*). Se adicionarmos aos juros os “Outros encargos com dívida pública”, que não é amortização do capital, o valor despendido, no mesmo período, pelo Estado português já sobe para 41.389 milhões €, um valor muito próximo do gasto com a “Saúde”, que foi apenas 44.523 milhões €, o que explica as dificuldades extremas que teve o SNS em enfrentar a crise do “COVID 19”, o que obrigou a concentrar os escassos recursos disponíveis no combate ao “CORONAVIRUS”, reduzindo a assistência médica em outras áreas (*doenças oncológicas, doenças cardiovasculares, etc.*) que causou um aumento significativo de mortes por outras patologias.

E atual governo parece que não aprendeu nada com a experiência atual pois, no lugar, de investir no SNS, dotando-o dos profissionais de saúde e dos equipamentos que precisa (*mesmo os 1800 profissionais que foram contratados durante a crise do “COVID 19” foram com contratos precários de 4 meses, que agora renovados apenas por mais 4 meses, o que é inaceitável*), a ministra da Saúde veio dizer que o governo tenciona recuperar os enormes atrasos que se verificam em consultas, cirurgias, etc., recorrendo aos grandes grupos privados de saúde. A política do governo parecer ser a de manter as graves insuficiências do SNS confirmado pelas declarações da ministra da Saúde a RTP em 2/5/2020 em que considera que a solução para os enormes atrasos que se verificam no SNS é apenas um maior empenhamento dos profissionais, por um lado, e, por outro lado, alimentar os grandes grupos privados contribuindo para a explosão do negócio privado de saúde financiado pelo SNS e pelos subsistemas públicos de saúde

O AUMENTO ENORME DA DÍVIDA PÚBLICA NECESSÁRIO PARA APOIAR AS FAMÍLIAS E A ECONOMIA, FACE À FALTA DE SOLIDARIEDADE DA U.E., AGRAVARÁ MUITO MAIS AS CONSEQUÊNCIAS QUE JÁ SE VERIFICAM DO NÍVEL DE ENDIVIDAMENTO

A quebra brutal da atividade económica, causada pela grave crise de saúde pública, vai determinar uma redução importante das receitas do Estado e um enorme aumento da despesa pública, necessária para apoiar as famílias e as empresas, embora com limites sob pena de se criar uma situação insustentável o que agravará ainda mais as desigualdades e a miséria no nosso país.

Mas mesmo voltando à normalidade de uma forma gradual e minimamente segura, como defende o governo, e é urgente que isso aconteça, o FMI prevê que a economia portuguesa (PIB) sofra uma contração de 8% e que o défice orçamental atinja um valor correspondente a 7,1% do PIB. A Comissão Europeia já veio confirmar tais previsões acrescentando que, se os Estados não tomarem as medidas necessárias para recuperar a economia, a recessão económica severa em 2020 poderá atingir o dobro (15%) o que, a acontecer, seria um desastre social. Mesmo admitindo um recessão de 8%, a dívida pública, medida em percentagem do PIB, aumentaria em Portugal, devido à diminuição do PIB, que é o denominador deste rácio (o numerador é o montante de dívida); repetindo, com um défice orçamental de 7,1% a dívida pública portuguesa, na ótica de Maastricht (que não inclui a totalidade das dívidas das Administrações Públicas) aumentaria dos 117,7% do PIB em Dez.2019 (*e entre Dez.2019 e Fev.2020 aumentou de 249.980M€ para 255.369M€*) para cerca de 133% do PIB, um aumento superior a 15 pontos percentuais que é enorme. E consequentemente a despesa com juros, cuja previsão no orçamento inicial de 2020 era já de 6.409 milhões €, aumentaria enormemente. E isto até porque, devido à recessão severa em 2020, é previsível que as empresas de rating baixem a classificação atribuída à dívida portuguesa o que, a acontecer, faria aumentar imediatamente a taxa de juro cobrada pelos prestadores, que são os grandes grupos financeiros, face à proibição do BCE financiar os Estados, fazendo aumentar enormemente os encargos do Estado com a dívida, e limitando assim a capacidade do Estado para apoiar as famílias e a economia.

A falta de solidariedade revelada pelos países mais ricos da U.E., que têm tirado maior benefício da sua existência, ao recusarem a emissão de dívida conjunta (*os chamados “coronabonds” ou mutualização da*

Se quiser receber gratuitamente estes estudos envie uma mensagem para edr2@netcabo.pt a pedir

divida), necessária para impedir a especulação dos fundos predadores que se aproveitarão da situação difícil dos países para impor taxas de juro especulativas, deixando cada país entregue a si próprio na ida aos mercados, único meio que têm atualmente para financiar a dívida (o Banco de Portugal não pode emitir moeda como acontece com os bancos centrais da Inglaterra e dos E.U.A), contribui para agravar a situação de países como Portugal, dificultando a capacidade do Estado para combater o aumento da miséria que a crise económica está a causar, devido ao desemprego maciço e à falência de milhares de micro e pequenas empresas, e para apoiar a recuperação económica.

UMA CRISE CUJAS CONSEQUÊNCIAS NÃO SERÃO IGUAIS PARA TODOS E QUE AGRAVARÁ AINDA MAIS AS DESIGUALDADES E A MISÉRIA NO PAÍS. O REGRESSO À NORMALIDADE ECONÓMICA É TÃO IMPORTANTE COMO A DEFESA DA SAÚDE PÚBLICA, POIS SEM UMA E OUTRA NÃO CONSEGUIREMOS VIVER. HÁ QUE ENCONTRAR O EQUILÍBRIO ENTRE ELAS.

Contrariamente ao que muita comunicação social tem veiculado (*até chegam a dizer que é um “vírus democrático” pois ataca da mesma forma ricos e pobres*), os efeitos da crise não serão iguais para todos. Um estudo feito na Inglaterra, concluiu que o número de mortes pelo COVID 19 de africanos e indianos é três vezes superior à dos chamados caucasianos (*“raça branca”*). Em Portugal, 40% das mortes verificam-se em lares onde estão principalmente os mais velhos mas também os de mais baixos recursos. Portanto, dizer que o “COVID 19” atinge de igual ricos e pobres não é verdade. E embora a crise atinja toda a economia, está a atingir de uma forma muito mais violenta os trabalhadores, os chamados independentes de recibo verde, os micro e pequenos empresários (*só as microempresas representam 96% do total de empresas e empregam mais de 1,8 milhões de pessoas*).

Segundo dados divulgados pelo Ministério do Trabalho, até 30/4/2020, as 99.140 empresas (80% são microempresas) já solicitaram a colocação em “*layoff*” de 1.212.000 trabalhadores, mas a ministra informou que só tinham sido aprovados de 360.000, que receberiam, com atraso, os 70% da sua remuneração, ignorando se os restantes 850.000 trabalhadores receberiam o seu salário de Abril. Os 360.000 a quem foi aprovado o “*layoff*”, a sua remuneração mensal diminuirá de 1.011€, que é a média declarada, para apenas 696€. Para os 1.212.000 trabalhadores, isto representará uma perda de remunerações estimada em 361 milhões € por mês. Para quem ganha já muito pouco, esta redução é devastadora e levará muitas famílias à miséria. A estes trabalhadores que as entidades patronais querem colocar em *layoff*, há ainda a adicionar os 182.500 trabalhadores independentes de “recibo verde” que pediram ajuda, e cujo apoio máximo é de 635€ (em Março foi de 438,81€) sendo este este valor multiplicado pela percentagem de quebra de faturação (se a quebra na faturação foi de 40%, o apoio é apenas de 40% daquele valor). Os independentes que estavam no 1º ano, e que por lei estavam isentos de contribuições (e são milhares) não têm direito a qualquer apoio. Segundo o Ministério do Trabalho, os despedimentos coletivos só até 30/4/2020 (*num mês apenas*) atingiram 26.800 trabalhadores, e as inscrições nos Centros de Emprego aumentaram em 52.000. E isto já para não falar das dezenas de milhares de trabalhadores que perderam o emprego e que não aparecem nas estatísticas oficiais de desemprego. Segundo um inquérito feito pela Universidade Católica a uma amostra representativa do total de empregados, 4% dos trabalhadores inquiridos perderam já o emprego. Projetando esta percentagem para toda a população trabalhadora isso dá um aumento do desemprego superior a 160.000 em apenas um mês, o que devastador em termos sociais e de saúde pública, pois esta agrava-se com o aumento da miséria.

A maioria dos trabalhadores e dos microempresários (96% dos empresários) já estão no limiar da pobreza ou próxima dela. A mancha da pobreza, mesmos com os apoios que o Estado possa dar, está-se a alastrar no país de uma forma rápida. Se a economia demorar em voltar à normalidade, embora gradualmente, as consequências sociais serão devastadoras, assim como de saúde pública. Aqui o fundamentalismo é destruidor e não menos que o COVID 19. O Estado, que é financiado com os nossos impostos, não tem recursos ilimitados. Este estudo mostra que o recurso ao endividamento público tem limites que é preciso não ignorar, pois caso contrário a crise será enorme. É preciso ter a coragem de dizer a verdade, e é fundamental que os portugueses compreendam que está em perigo a sua sobrevivência e as suas condições mínimas de vida. Sem elas não é possível também viver nem ter saúde. Há que encontrar um equilíbrio entre a defesa da saúde pública e a defesa da economia pois sem uma e outra não conseguiremos viver. É necessário que os portugueses acatem rigorosamente as recomendações das autoridades de saúde, mas também é fundamental que encarem o regresso gradual à normalidade da atividade económica como uma necessidade vital, que todos nos devemos empenhar nisso, sem a qual também não conseguiremos sobreviver durante muito tempo. Há riscos, é evidente que há riscos, mas temos de os enfrentar se quisermos ter condições para viver com um mínimo de dignidade (nós, os nossos filhos, e os nossos netos). Mantermo-nos com medo em casa não é solução até porque cerca de 30% dos infetados tem como origem o ambiente familiar, permanecer em casa não ficamos imunes e apanhamos outras doenças não menos destruidoras. É preciso não esquecer, mesmo nestes momentos difíceis, que o trabalho é a única fonte de rendimento para os trabalhadores e a realização e fonte da sua dignidade, e dar valor àqueles que estão ou vão estar em trabalho principalmente em regime presencial, sem os quis não podíamos viver. E são heróis não apenas os profissionais de saúde mas também todos os portugueses, e nomeadamente estes, que mantêm o país a funcionar, pois sem o seu trabalho os outros não viveriam. Eugénio Rosa – economista – edr2@netcabo.pt 2-5-2020

Eugénio Rosa – economista – mais estudos disponíveis em www.eugeniorosa.com 3